

SUBJETIVIDADE E INTERSECCIONALIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPLICAÇÃO DA ESCUTA PSICANALÍTICA EM UM CONTEXTO INSTITUCIONAL

Amanda Gaspar Ribas¹ (Universidade Federal do Paraná)

Maria Vitória Czerwonka Binder² (Universidade Federal do Paraná)

Michele Kosniyzeko dos Santos³ (Universidade Federal do Paraná)

RESUMO

Desde 2018, o Projeto “Psicologia e Trabalho: atuação junto aos trabalhadores da socioeducação” da Universidade Federal do Paraná (UFPR) realiza atividades em um Centro de Socioeducação. As atividades são desenvolvidas pelas estagiárias e extensionistas do projeto e partem de uma proposta contra-hegemônica de atuação no campo da Psicologia do Trabalho e Saúde Ocupacional, a partir de uma práxis psicanalítica no contexto institucional, considerando a dimensão subjetiva dos laços instituídos. Ao oportunizar esses espaços de escuta, aposta-se que aberturas sejam feitas no campo discursivo mobilizando os laços sociais. Assim, a proposta deste trabalho é refletir sobre a construção de estratégias clínico-políticas de intervenção com a equipe de trabalhadoras terceirizadas da área de limpeza e conservação desta instituição. Essas sendo constituídas pelos atendimentos clínico-institucionais e pela realização de encontros grupais. A construção destes espaços visou não individualizar o sofrimento, mas considerá-lo a partir da sua produção sócio-política, visando a ruptura da discursividade hegemônica em situações de desamparo discursivo e social. Entende-se que a terceirização dos contratos e relações de trabalho (re)produz a invisibilização da condição humana e subjetiva do trabalhador. Em um primeiro momento, destaca-se a significativa busca ativa das trabalhadoras terceirizadas da instituição pelos atendimentos clínico-institucionais. A segunda estratégia de intervenção, o dispositivo grupal, surge diante da necessidade de construir um espaço para o resgate da memória na e pela experiência compartilhada, sendo conduzido por duas estagiárias que não estavam envolvidas com os atendimentos individuais destas mulheres. Ao todo, foram realizados 59 atendimentos individuais com sete mulheres, entre as quais seis eram trabalhadoras terceirizadas. Sobre os grupos, primeiro foram feitos três encontros para aproximação às questões que atravessam a

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Estagiária e extensionista do Projeto “Psicologia e Trabalho: atuação junto aos trabalhadores da socioeducação” do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: contato.aribas@gmail.com

² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Estagiária e extensionista do Projeto “Psicologia e Trabalho: atuação junto aos trabalhadores da socioeducação” do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: mv.czerwonka14@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Estagiária e extensionista do Projeto “Psicologia e Trabalho: atuação junto aos trabalhadores da socioeducação” do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: michelekosniyzeko@gmail.com

realidade compartilhada pelo grupo e depois seis encontros em frequência quinzenal para trabalhar os temas de interesse. Participaram ao todo 14 trabalhadoras terceirizadas. Temáticas como o sentimento de ansiedade no contexto do trabalho e familiar, desigualdades no trabalho, efeitos das duplas jornadas de trabalho e conflitos nas relações de parentalidade e sexualidade foram narrados e trabalhados por estas mulheres. O que se encontra, portanto, é a possibilidade de recontar histórias outrora silenciadas frente às violências sofridas em processos de desamparo na vida e no trabalho. Na singularidade de cada história falada e escutada, recupera-se a dimensão sócio-política do sofrimento.

Palavras-chave: Psicologia e Trabalho. Saúde do trabalhador. Equipe terceirizada. Atendimento clínico-institucional. Dispositivo grupal.

ABSTRACT

Since 2018, the Project “Psicologia e Trabalho: atuação junto aos trabalhadores da socioeducação” (Psychology and Work: working along socio-educational workers) from the Federal University of Paraná (UFPR) has carried out activities in a Socio-education Center. The activities are developed by the project's interns and extensionists and are based on a counter-hegemonic proposal for action in Work Psychology and Occupational Health's field, as of a psychoanalytic praxis in the institutional context, considering the subjective dimension of the bonds established. By providing these listening spaces, it is hoped that openings will be made in the discursive field, mobilizing social ties. Therefore, the purpose of this work is to reflect on the construction of clinical-political intervention strategies with the team of outsourced workers in the cleaning and conservation area of this institution. These consist of clinical-institutional care and group meetings. The construction of these spaces work toward not to individualize suffering, but to consider its bases on socio-political production, having in view the rupture of hegemonic discursivity in situations of discursive and social helplessness. It is understood that the outsourcing of contracts and work relationships (re)produces the invisibility of the human and subjective condition of the worker. Firstly, the significant active search by the institution's outsourced workers for clinical-institutional care stands out. The second intervention strategy, the group device, arises due to the need to build a space to recover memory in and through shared experience, being led by two interns who were not involved in the individual care of these women. In total, 59 individual care meetings were carried out with seven women, six of whom were outsourced workers. Regarding the groups, at first three meetings were held to approach the issues that cross the reality shared by the group and then six biweekly meetings happened to work on topics of interest. 14 outsourced women workers participated in total. Topics such as the feeling of anxiety in the context of work and family, inequalities at work, the effects of double working hours and conflicts in parenting and sexuality relationships were narrated and worked on by these women. What we find, therefore, is the possibility of retelling histories that were previously silenced in the face of violence suffered in processes of helplessness in life and work. In the singularity of each spoken and heard history, the socio-political dimension of suffering is recovered.

Keywords: Work psychology. Worker health. Outsourced staff. Clinical-institutional care. Group device.

INTRODUÇÃO

A presente elaboração teórica se constitui como uma reflexão acerca da construção de duas estratégias clínico-políticas de intervenção, no campo da Saúde do Trabalhador, com trabalhadoras terceirizadas da área de limpeza e conservação de um Centro de Socioeducação (Cense). As intervenções são desenvolvidas por meio de um Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão ligado ao Núcleo de Psicologia, Educação e Trabalho (NUPET) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Este, intitulado como “Psicologia e Trabalho: atuação junto aos trabalhadores da socioeducação”, estruturou-se, a partir do ano de 2018, mediante pedido da gestora de saúde de uma secretaria estadual para uma aproximação às/aos servidoras/es do sistema socioeducativo; os/as quais apresentavam sinais de sofrimento e adoecimento vinculados ao contexto de trabalho (Ragnini; Brüning, 2021). Para circunscrever e atender a essa demanda nos últimos cinco anos, o projeto é coordenado por três docentes do Departamento e as equipes são formadas por alunos/as da graduação com vínculo de estágio obrigatório, de extensão e de participação em projetos de pesquisa sobre a socioeducação. Além de, nesse período, já ter estabelecido ligação com o programa de pós-graduação em psicologia na universidade referida (Bastos, 2022).

Consoante a sistematização de Ragnini e Brüning (2021), pode-se destacar como objetivo do projeto o desenvolvimento de uma prática de escuta, acolhimento, atendimento e orientação aos trabalhadores e trabalhadoras da socioeducação, tendo no horizonte “a construção de um campo discursivo que viabilize a construção de laços sociais” (Ragnini; Brüning, 2021, p. 269-270). No que tange o campo da pesquisa, dado o reconhecimento da escassez de produções acerca do contexto de trabalho e da saúde dos trabalhadores/as no sistema socioeducativo, visa-se, ainda, “identificar, analisar e dar visibilidade pública” (Ragnini; Brüning, 2021, p. 270) a essa realidade. Dessa forma, marcando uma atuação que dialoga com a organização do eixo extensão, ensino e pesquisa na universidade e seu compromisso social e científico. A partir disso, aposta-se, em conjunto com os trabalhadores/as, na construção de uma metodologia de intervenção que coloca em primeiro plano o sofrimento no trabalho, não sob o prisma da cura e da medicalização, mas sob uma perspectiva que não o afasta das suas determinações históricas, éticas e políticas (Ragnini;

Darriba, 2017). E que, portanto, implica na demarcação de que à psicologia não cabe o “lugar da neutralidade, da isenção e da ausência da incidência discursiva” (Ragnini; Darriba, 2017, p. 721).

Com efeito, a relação entre saúde e trabalho desperta o interesse humano desde o período da Antiguidade, demarcando a centralidade da atividade de trabalho como fundamento na produção das “condições materiais, objetivas e subjetivas, de existência” que definem modos específicos de organização social (Faria, 2017, p. 181). Nessa dinâmica, compreende-se que a articulação entre saúde e trabalho é colocada como questão e lida histórico-socialmente sob diferentes prismas por diferentes práticas de operar com o saber (Bastos, 2022; Borges; Yamamoto, 2004; Ragnini, 2014; Ragnini; Darriba, 2017). Entre esses, com mais força a partir da Revolução Industrial, encontra-se a Medicina do Trabalho, que consiste em um modelo de práticas em saúde voltadas à adaptação do trabalhador ao contexto de trabalho, localizando no corpo biológico o foco de atuação para os processos de adoecimento (Bastos, 2022; Ragnini, 2014; Ragnini; Darriba, 2017).

Destacam-se a Medicina do Trabalho e, posteriormente, a Saúde Ocupacional como modelos, com especificidades entre si, que produzem formas medicalizantes de saber-fazer com os processos de saúde-doença (Bastos, 2022; Ragnini, 2014; Ragnini; Darriba, 2017). Na contramão dessas concepções, o campo da Saúde do Trabalhador se configura como uma proposta contra-hegemônica de abordagem da relação saúde-doença-trabalho, uma vez que considera como determinantes os aspectos sociais, políticos, jurídicos e ideológicos desta (Ragnini, 2014; Ragnini; Darriba, 2017). No Brasil, apontam Ragnini e Darriba (2017), a Saúde do Trabalhador é compreendida pelo Estado como uma área da Saúde Pública e seu desenvolvimento se deu entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, a partir da ação de movimentos sociais e sindicais. Nesse sentido, se caracteriza como “um conjunto de atividades que se destina (...) à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho” (Brasil, 1990a).

Essa retomada histórico-conceitual se fez necessária para introduzir os alicerces que levam à afirmação de que o projeto, por meio do qual este trabalho foi elaborado, realiza intervenções no âmbito da Saúde do Trabalhador. O que marca, portanto, uma perspectiva de que a saúde se apresenta como “recurso para a vida cotidiana, e não como um objetivo de vida a ser alcançado”; e que implica “recursos sociais, pessoais e a aptidão física e psicológica para o desempenho das funções pessoais e sociais, tais como o trabalho” (Mendes, 2007 apud Ragnini; Brüning, 2021, p. 274). Contudo, o referencial teórico-conceitual utilizado não se

esgota nesse ponto. É preciso, ainda, evidenciar outras leituras que dizem da atuação da psicologia no contexto institucional e que articulam uma aproximação à práxis psicanalítica frente à demanda de atuação do projeto em uma instituição do sistema socioeducativo (Bleger, 1994; Faria, 2017; Guirado, 2004, 2009; Lapassade, 1977; Lourau, 1995).

Em linhas gerais, circunscreve-se um fazer que se designa pelo seu caráter radicalmente ético (Guirado, 2004; 2009; Ragnini; Darriba, 2017). Isso visto que se dá pela via da mobilização da dimensão subjetiva e da produção de espaços para transformação do que está instituído, isto é, do que se refere ao caráter de fixidez e cristalização dos modos de fazer laço (Guirado, 2004; 2009). Visa-se, com isso, uma abertura à capacidade de inventar novas formas de se relacionar, constituindo-se como aquilo que garante a possibilidade de mudança dentro do âmbito institucional (Guirado, 2004; 2009). Essa é a aposta que se atenta ao desvelamento da dimensão subjetiva da instituição, isto é, das posições subjetivas singulares que a constituem e por ela são constituídas (Guirado, 2004; 2009). Desse modo, considerando também os aspectos inconscientes que se manifestam nos movimentos de repetição e insistência vivenciados na transferência (Guirado, 2004; 2009).

Essa atuação possui como efeito o estabelecimento de aberturas na legitimação da experiência subjetiva no contexto institucional, sendo nomeada por Guirado (2004) como um fazer que promove *cortes que fazem pensar*. Nessa direção, destaca-se como fundamental a interrogação, desde a psicanálise, de Ragnini e Darriba (2017) acerca do lugar para a emergência e análise da dimensão da subjetividade do trabalhador no contexto brasileiro. Esse que possui a marca, nos últimos quarenta anos, do aumento do registro de doenças relacionadas ao trabalho e do aumento dos casos de adoecimento psíquico relacionados a este (Ragnini; Darriba, 2017). Dessa maneira, pode-se compreender o movimento de produção de cortes, como método de atuação da psicologia no âmbito institucional, enquanto modo de operar para que o sujeito do inconsciente possa advir. É, nesse sentido, demarca Rosa (2015), que “a dimensão inconsciente subverte o laço social e sua política ao incluir a dimensão ética” (p. 7). Essa dimensão se aproxima do hiato descrito pela proposta de Guirado (2004; 2009): a lacuna na qual se localiza um saber que não se sabe, mas que é veiculado nas relações.

Esse caráter lacunar dá notícias da “própria existência do inconsciente, em sua incerteza ontológica” (Zupančič, 2023. p. 26); apontando para um tipo de causalidade que não é linear, mas estrutural (Deleuze, 1972/2006). Nesse sentido, a partir da aproximação lacaniana ao paradigma estruturalista, o registro simbólico, “subsolo para todos os solos do real como para todos os céus da imaginação” (Deleuze, 1972/2006, p. 114), ganha lugar de destaque e “o acento passa a ser posto sobre a linguagem” (Sales, 2003, p. 39). Esse campo,

da linguagem, consiste no fundamento dos laços sociais que se (re)produzem em laços discursivos (Ragnini; Darriba, 2017; Rosa, 2015, 2022). Assim, as imagens e identificações do Eu se constituem por meio do discurso que inscreve o sujeito na história através da ordem simbólica, a qual “confere sua significação às relações imaginárias, em função daquilo que denomino o discurso inconsciente do sujeito” (Lacan, 1954-55/1995, p. 321).

A leitura de Rosa (2015) amarra essas proposições ao afirmar o inconsciente como estrutura que responde à historicidade e à política da construção da subjetividade na psicanálise. Isso visto que, diante da não-totalidade da ordem simbólica, o que resta ao sujeito, em sua ex-centricidade, é ser na e pela linguagem (Sales, 2003). Zanola e Lustoza (2019) concluem, ainda, que “o fato de o sujeito ser efeito do significante é a raiz que funda os processos de alienação, uma vez que a constituição pelo significante tem como resultado um sujeito dividido” (p. 124). Por esse motivo, ao trabalhar a proposição de Lacan, de que o inconsciente é a política, Rosa (2015) compreende o mal-estar nos modos de fazer laço na contemporaneidade como entrelaçado às estratégias de regimes de poder-saber que enredam o sujeito em malhas discursivas que o exploram e o desamparam discursiva e socialmente.

Rosa (2016) demonstra que certos discursos sociais fazem valer seu poder ao se equipararem ao campo simbólico da cultura e da linguagem, naturalizando essas atribuições e evitando dar visibilidade aos embates sociais e políticos presentes em sua base. Esse discurso social se apresenta como emissário de uma verdade e de um valor a-histórico e apolítico. No entanto, é carregado de interesses políticos e econômicos, pautados na manutenção da ordem social específica que representa. Pode promover laços sociais dessubjetivantes, que submetem o sujeito à maquinaria de gozo de um dado tempo histórico. Tais discursos promovem desamparo, pois o sujeito passa a ser inteiramente culpabilizado por sua condição social plurideterminada (Faustino; Rosa, 2023, p. 5-6).

O CONTEXTO DE TRABALHO NA SOCIOEDUCAÇÃO EM ÂMBITO NACIONAL E ESTADUAL

No panorama histórico traçado por Boarini e Borges (1998), fundamentado nas contribuições de Ariès (1978) sobre a história da infância, destaca-se que a nova organização social imposta pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista foi fundamental para que uma transformação na concepção e representação do ser criança pudesse existir. Esse lugar emerge, então, determinado pela sua exploração (Boarini; Borges, 1998). No Brasil, a relação da infância com a exploração remonta ao início do período colonial e a missão “civilizatória” imbricada na educação jesuítica e seu desenvolvimento no país (Azevedo; Sarat, 2015). Destaca-se, então, desde esse marco, uma compreensão histórica da produção de

diferentes perspectivas étnico-raciais, de gênero e classe social das construções sociais das infâncias e adolescências dos(as) brasileiros(as).

Quando nos aproximamos da contemporaneidade, não nos apartando dessas determinações, nos encontramos com a complexidade no laço com o discurso do Outro - o qual, como aponta Guerra (2022), carrega as marcas dos “efeitos dos processos de escravização e colonização” (p. 166). E, nesse sentido, encontramos também como possibilidade de construção do adolecer no país aquela atravessada pelo *conflito com a lei* e pela entrada do jovem no sistema socioeducativo. No Brasil, as origens desse sistema estão nos movimentos de redemocratização e de produção do paradigma de proteção integral à criança e ao adolescente (Ragnini; Brüning, 2021). Como marcos jurídico-legais, tem-se a criação: do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela instituição da Lei nº 8.609 (Brasil, 1990b); e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o qual foi implementado através da Lei nº 12.594 (Brasil, 2012).

Com operacionalização a nível estadual, a socioeducação no Brasil está estruturada em diferentes pastas governamentais a depender da federação, sendo, geralmente, atribuída dentro de Secretarias da Justiça ou da Educação; o que desvela um princípio das contradições que caracterizam esse campo (Bastos, 2022). No Paraná, a socioeducação está na pasta da Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJU). E a regulamentação da composição das equipes de servidores públicos nas Unidades de Atendimento Socioeducativo do estado está prevista na Resolução Nº 44/2016 – GS/SEJU. Essa, em seu décimo quarto artigo, afirma que a formação essencial de um Cense é dada por 15 categorias profissionais de servidores. A atribuição de cada uma dessas categorias está descrita no Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE (Paraná, 2002), que organiza os cargos públicos e regula o desenvolvimento nas carreiras dos servidores estaduais. O qual foi instituído pela Lei nº 13.666 (Paraná, 2002), fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público. Nesse sentido, é um documento que sofre os efeitos das mudanças de gestão governamental, ilustrando a faceta de que o trabalho na socioeducação não se produz somente em uma lógica contraditória entre educação e justiça (Bastos, 2022), mas também a partir de um mal-estar institucional a favor do capital que dialoga com as determinações da Política Econômica do Poder (Faria, 2017).

O TRABALHO TERCEIRIZADO EM UMA INSTITUIÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: REFLEXÕES SOBRE PRECARIZAÇÃO E DIVISÃO SEXUAL

DO TRABALHO

Ao trazer à tona esse papel do capital, é preciso situar que o Centro de Socioeducação (Cense) no qual o Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão, intitulado como “Psicologia e Trabalho: atuação junto aos trabalhadores da socioeducação”, desenvolve suas ações é composto por trabalhadores que possuem diferentes vínculos empregatícios. Isto é, a instituição não é formada apenas por servidores que compõem o QPPE. Entre os/as trabalhadores/as estão, além de servidores concursados, profissionais contratados por meio de Processos Seletivos Simplificados (PSS) e trabalhadores que possuem vínculo com empresas terceirizadas. Nesse contexto de terceirização, em que certos serviços ou etapas do processo produtivo são interpostos por empresas para redução de custos com a força de trabalho (Marcelino; Cavalcante, 2012; Souza, 2011), encontram-se, no Cense analisado: (i) um trabalhador atuante na manutenção do ambiente físico; (ii) um trabalhador no setor administrativo; e (iii) 16 trabalhadoras atuantes em funções de limpeza e conservação da instituição, sendo sete trabalhadoras em cargos de limpeza, uma de almoxarife, três copeiras, duas na equipe de lavanderia e três no setor administrativo. Como perfil geral das trabalhadoras terceirizadas tem-se: mulheres, mães, declaradas heterossexuais e casadas, de pele parda e com idade entre 27 e 65 anos.

Esse recorte na descrição das funções terceirizadas na instituição introduz uma reflexão acerca da divisão de gênero no trabalho e a relação com a sua precarização. Contudo, para dar início a essa discussão, faz-se necessário alinhar a maneira como a terceirização se consolidou, nas últimas décadas, como uma das principais formas de precarização do trabalho no Brasil (Marcelino; Cavalcante, 2012). Esse processo, apresentam Marcelino e Cavalcante (2012), se caracteriza pelo caráter de inseparabilidade da ampliação da exploração do trabalho, por meio da sua capacidade de redução de custos e da transferência das questões trabalhistas para um contrato que possui marcas evidentes de uma vinculação estritamente comercial. Assim, a precarização se manifesta “em perda salarial e de direitos, aumento da intensidade do trabalho e dos riscos à saúde do trabalhador, além de dificuldades enfrentadas pelos sindicatos para unificar as lutas comuns” (Marcelino; Cavalcante, 2012, p. 332). É nessa direção que se compreende, no presente trabalho, a terceirização como situação de desamparo social e discursivo do trabalhador e, em especial, da trabalhadora no Brasil. Tendo em vista que essa se (re)produz pela legitimação da invisibilização da condição humana e subjetiva do trabalhador (Assunção, 2020).

Para mais, quando se lê a terceirização pela lente da intersecção entre gênero, raça e

classe, encontra-se um sujeito que está “ainda mais profundamente na obscuridade”: a trabalhadora terceirizada (Spivak, 2010, p. 85). Essa que é inserida no mercado de trabalho para manter a força produtiva hegemônica, atravessada pela naturalização do trabalho da mulher como extensão do lar (Assunção, 2020). O que implica, na formação social brasileira, como efeitos da experiência colonial, que a subalternidade e as marcas de servidão compulsória ao outro, sejam determinantes de uma posição discursiva e social de silenciamento e apagamento reservada à mulher, em especial à mulher não-branca e pobre, no campo das relações de trabalho. Notam-se, sobredeterminados pela interseccionalidade e pelos dispositivos da colonialidade e da exploração, postos de trabalho cujas funções são relacionadas ao cuidado e às tarefas que constituem o trabalho doméstico remunerado e não remunerado das brasileiras. O que alimenta a opressão de gênero como base fundamental da exploração capitalista, e se encontra como aspecto central do mito da democracia racial brasileira (Assunção, 2020; Gonzalez, 1984).

Acontece que a mucama “permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal? (Gonzalez, 1984, p. 233).

Haja vista isso, localiza-se a centralidade do apagamento da trabalhadora terceirizada na constituição de sua posição subjetiva nos laços sociais. Nesse sentido, Dejours (2001) apreende que a valorização e o reconhecimento são elementos que conferem significado ao trabalho. O que dialoga com o fato de o sujeito ser enredado pelas malhas discursivas do Outro, diante do qual espelha sua imagem e ancora seu discurso (Rosa, 2015). Quando se trata, ainda, de funções de limpeza e conservação, como no caso da instituição na qual o presente trabalho se desenvolveu, encontra-se outra dimensão de invisibilização. Uma vez que essas são tarefas definidas por este caráter: “ninguém as percebe, exceto quando não são feitas” (Davis, 1981/2016, p. 235). Por esse motivo, Davis (1981/2016) afirma como os melhores adjetivos para capturar a natureza dessas tarefas: “invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas” (p. 235).

A ESCUTA DE TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: DUAS ESTRATÉGIAS CLÍNICO-POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO

Os efeitos sociais, discursivos e subjetivos dessa invisibilização e seu entrelaçamento com as determinações interseccionais na realidade das trabalhadoras terceirizadas do Cense no qual o projeto atua é o que movimentou a elaboração deste trabalho. São estas trabalhadoras que, no ano de 2023, procuram a equipe presente na instituição, de oito estagiárias, reivindicando que subjetividades silenciadas pela subalternidade na divisão social e sexual do trabalho, processo intensificado pela terceirização, possam falar. E é, a partir da potência de seus discursos, recolhidos em dois momentos distintos de intervenção (atendimentos clínico-institucionais e encontros grupais), que passamos a refletir sobre os efeitos da colonização nos laços sociais que cristalizam formas de sociabilidade e subalternidade dentro e fora do contexto de trabalho.

Os atendimentos clínico-institucionais se constituem como uma estratégia de intervenção que surgiu, nos cinco anos de história do projeto, pela demanda dos próprios trabalhadores e trabalhadoras da socioeducação participantes de outras ações desenvolvidas, como espaços grupais (Ragnini; Brüning, 2021). Conforme descrevem Ragnini e Brüning (2021), trata-se de acolhimentos que se orientam por uma escuta comprometida com o sujeito do inconsciente. Assim, considerando os processos de subjetivação e atravessamentos do contexto de trabalho, visando que, pela construção de aberturas no campo discursivo, haja também construções de laços sociais dos sujeitos que o realizam (Ragnini; Brüning, 2021). Ademais, também são promovidas ações para encaminhamento à rede de atendimento especializada, as quais têm como finalidade orientar os/as trabalhadores/as acerca dos serviços em Psicologia que podem ser acessados no Sistema Único de Saúde (SUS), em Clínicas-Escola e Centros de Formação do município, bem como auxiliar nesse processo de busca pelo serviço especializado.

Na experiência com o real do cotidiano da instituição durante o ano de 2023, o que se pôde observar foi uma busca ativa significativa de trabalhadoras terceirizadas por essa ação do projeto. Das sete trabalhadoras que buscaram espaços de acolhimento e atendimento, seis se encontram na equipe terceirizada. Além de outras duas trabalhadoras, também terceirizadas, que buscaram orientação para encaminhamento de familiares à serviços de saúde. Os atendimentos aconteceram desde o início do período do contrato de estágio até o seu encerramento. Estes foram feitos por quatro estagiárias, as quais realizaram 59 atendimentos que ocorreram em diferentes espaços da instituição: (i) em uma sala reservada para os atendimentos; e (ii) em ambientes de trabalho das mulheres atendidas, quando havia condições necessárias para resguardar o sigilo. Frente às limitações, principalmente de tempo,

de uma escuta em instituição e de vínculo de estágio obrigatório, não se desejou caminhar em direção a uma análise com essas trabalhadoras, mas sim ofertar um espaço onde a palavra circule em direção às ancoragens que amarram essas mulheres à vida (Broide, 2019). Nesse espaço, comprometendo-se com o manejo da angústia e do traumático, em vistas da recuperação da dimensão do desejo como aquela que dá abertura para que o sujeito defenda sua posição de não aniquilação da interpelação dos regimes opressivos da discursividade hegemônica.

Abrem-se questões para a clínica, em especial, sobre as particularidades das intervenções clínicas, quando os dilemas, conflitos e dores do sujeito são em grande parte decorrências de sua desqualificação no laço social. Ou ainda, perguntar-se sobre como se articulam as dores e amores da vida com os impasses na sobrevivência, assim como a exclusão dos bens materiais e culturais e a imposição das relações de submissão diante dos privilegiados (Rosa, 2022, p. 2).

A significativa procura das trabalhadoras terceirizadas da instituição pelos atendimentos clínico-institucionais, coloca como urgência, para o projeto, olhar atentamente para essas particularidades (Rosa, 2022). O que reitera que esse cenário “lança desafios e exige intervenções que caracterizamos como prática psicanalítica clínico-política para abordar a questão da (...) produção sócio-política da angústia e do impedimento dos processos subjetivos” (Rosa, 2015, p. 35). Por esse motivo, se considerou necessária a elaboração de um segundo momento de intervenção, a partir da utilização do dispositivo grupal, para circunscrever essa realidade. Desse modo, atenta-se também para a não individualização do sofrimento como forma de demarcação das raízes sociais e políticas deste. E, conseqüentemente, como forma de manejo da dimensão traumática dessa experiência em situações de exclusão social, cultural e racial (Rosa, 2022; Sato et. al, 2017). O que se dá através da mobilização do campo de forças hegemônico estabelecido e do “resgate da memória na e pela experiência compartilhada” (Rosa, 2022, p. 7).

Considerando-se fundamental a preocupação com o estabelecimento da transferência e com a ética do trabalho, ocorreu a divisão da equipe de forma a não comprometer as relações de sigilo estabelecidas nos atendimentos individuais, além da separação de um momento distinto de supervisão para os atendimentos clínico-institucionais. Assim, duas estagiárias da equipe, as quais não estavam envolvidas nos atendimentos, tornaram-se responsáveis pela aproximação à realidade coletiva das trabalhadoras enquanto grupo. Para tanto, foram realizados três encontros iniciais para trabalhar a construção de vínculos e cartografar quais as questões que as mobilizam no campo da coletividade. De modo a delimitar temáticas que atravessam a constituição do grupo e compreender se havia desejo dessas mulheres em construir um espaço para o circular da palavra de forma compartilhada.

A partir da percepção da existência do desejo das trabalhadoras pela construção deste espaço, as estagiárias responsáveis pelo manejo dessa estratégia de intervenção se debruçaram sobre a investigação de como o espaço em grupos pode ser um “dispositivo potente e privilegiado para trabalhar as questões e efeitos para os sujeitos que vivenciam situações sociais críticas” (Sato et al., 2017, p. 494). E estruturaram um cronograma com seis encontros de frequência quinzenal e participação restrita à equipe terceirizada da instituição. Esses foram organizados pelas temáticas recolhidas nos momentos de aproximação e construção do contrato de trabalho grupal. Sendo assim, dois encontros enfocaram a temática do sentimento de ansiedade, isto é, como lidar com este e como ajudar alguém que está lidando com este; um encontro foi dedicado ao trabalho e às relações de trabalho; dois encontros abordaram as aproximações e distanciamentos subjetivos e sociais entre o ser mulher e ser mãe; e, por fim, no último encontro ocorreu o encerramento das atividades. Os grupos ocorreram em disposição de roda, por vezes na cozinha ou na varanda dos fundos da instituição, e frequentemente acompanhados de um *flipchart* para auxiliar na execução de alguma atividade. Foram escolhidas algumas dinâmicas para serem aplicadas nos grupos, seguindo a lógica do resultado pensado coletivamente como produto final da tarefa. Em média, participavam dos encontros 6 mulheres. Ao longo de todos os encontros foi possível contabilizar a participação de 14 mulheres.

Feitas as devidas descrições de como ambos os momentos de intervenção se caracterizam em sua singularidade, é preciso, então, apresentá-los enquanto estratégias clínico-políticas de atuação. Isso visto que as intervenções são pensadas e produzidas em um campo teórico-clínico de articulação entre psicanálise, sociedade e política (Rosa, 2015). E, portanto, visam uma escuta implicada com a ruptura da discursividade hegemônica em situações de desamparo discursivo e social (Rosa, 2015). Dessa maneira, colocou-se constantemente em questão qual o lugar desta escuta e quais as posições ocupadas pelas estagiárias da equipe envolvidas com esta nos dois espaços construídos. Haja vista, como pontua Rosa (2022), que a possibilidade da fala e do sofrimento ser desqualificado socialmente na escuta evidencia a resistência de quem escuta (Rosa, 2022). E, ainda, manifesta o enclausuramento de quem escuta em regimes epistemológicos hegemônicos (Rosa, 2022). Nessas condições, o sujeito é lançado a um não-lugar discursivo de perda da possibilidade de endereçamento ao outro e do seu lugar de fala (Rosa, 2015; 2022). Esses são elementos centrais que orientam o compromisso de revisitação de uma leitura crítica da epistemologia psicanalítica que dá fundamentos para a não legitimação da violência colonial e

para o resgate da dimensão sócio-política do sofrimento na escuta (Faustino; Rosa, 2013; Rosa, 2015; 2022).

Na potência dos atos de busca pela construção de espaços individuais e coletivos de fala na relação das trabalhadoras com o projeto, foi possível escutar um apelo pela restituição de um espaço de circulação da palavra – “um apelo que o retira [o sujeito] do silenciamento” através da possibilidade de encontro com a dimensão do desejo (Rosa, 2015, p. 33). Por esse motivo, faz-se necessário enunciar essa reflexão como um desdobramento da interrogação de Spivak (2010): pode o subalterno falar? Esse questionamento reverbera em diferentes dimensões da realização das intervenções do projeto e da própria escrita deste trabalho, uma vez que diz também de como se dá uma escuta implicada ético-politicamente, desde à psicanálise, em situações de desamparo social e discursivo. Aqui, parte-se da leitura, que dialoga com as formulações de Gonzalez (1984), que a busca das trabalhadoras pelo projeto manifesta, com potência, movimentos de reivindicação dessas mulheres de seu lugar de fala. E este texto, portanto, propõe-se a relatar o que se pôde escutar nos atendimentos e nos encontros grupais realizados como modo de veicular e visibilizar a radicalidade da urgência dessa escuta.

Nesse sentido, destaca-se que o trabalho na instituição aparece nos discursos recolhidos a partir das significações atreladas a essa atividade, em especial no que tange ao desamparo social, discursivo e material que atravessa as histórias singulares de cada trabalhadora. Desta forma, marcando, no campo da palavra compartilhada, a sujeição a posições de desqualificação social nos laços estabelecidos dentro e fora do contexto de trabalho e o sofrimento decorrente dos efeitos subjetivos e objetivos dessas posições na vida. Dentre os muitos aspectos que atravessam a constituição da posição da mulher terceirizada nesse contexto, foram relatados: (i) o sentimento de ansiedade em relação ao trabalho e às relações familiares, manifestando preocupações e inseguranças com os marcadores interseccionais dos corpos que são privados de liberdade no sistema socioeducativo e prisional no país; (ii) as desigualdades que se apresentam nos laços de trabalho, em especial, no tocante ao tratamento distinto aos/as trabalhadores/as da equipe terceirizada do setor de limpeza; (iii) a autocobrança e o esgotamento resultante de duplas jornadas de trabalho; e (iv) conflitos em relação às dimensões da sexualidade e da parentalidade, evidenciando posições que denunciam as marcas das violências de gênero e violências sexuais na constituição dessas mulheridades e suas formas de maternar.

No que toca à experiência da ansiedade, identifica-se essa como a manifestação de sofrimento psíquico relatada com maior frequência como aspecto central na (des)organização

da vida. Apesar de não ser o único diagnóstico psiquiátrico que se fez presente, não é possível deixar de refletir sobre o modo como essa vivência da angústia diz de um “tempo no qual o sujeito custa a se localizar e que, por essa razão, é vinculado ao sentimento de estranheza” (Rosa, 2022, p. 7). Em outras palavras, quando um não-lugar discursivo atualiza a dimensão do desamparo, dissolvendo as fronteiras que organizam as funções do Eu, há um encontro com o traumático que envolve o sujeito em silenciamento e angústia (Rosa, 2015; 2022). Assim, tem-se que o sofrimento sociopolítico implica em um manejo singular da angústia que se dá em uma escuta focada na sua dimensão traumática, não sintomática (Rosa, 2015; 2022).

As articulações entre as angústias vivenciadas pelas trabalhadoras terceirizadas com o ambiente de trabalho apontam para os impactos do sistema socioeducativo enquanto constituído de instituições de privação de liberdade. Isso considerando as histórias de vida escutadas, cujos capítulos se escrevem com as letras do medo frente às diferentes práticas de violência da criminalização: desde a institucionalização até a morte. As preocupações com as possibilidades e encontros de seus familiares, e, principalmente seus filhos, com os sistemas socioeducativo e prisional aparecem como aspectos fundamentais no discurso sobre essa dimensão do sofrimento. Nesse sentido, sua escuta não pode acontecer sem levar em consideração qual é o perfil dos adolescentes que adentram a socioeducação no Paraná.

Percebe-se que o perfil mais comumente passível de institucionalização é do adolescente (homem), entre 17 e 16 anos, negro (preto ou pardo), que não estava estudando na época da apreensão, e que provavelmente não estava trabalhando, mas se estivesse, estaria sem registro. Na perspectiva econômica, observa-se que a renda da maior parte das famílias dos(as) adolescentes que passaram pelas unidades administradas pelo Paraná era entre 1 a 2 salários-mínimos (Paraná, 2020, p. 16).

As desigualdades que promovem a exclusão social, cultural e racial não se restringem à relação das trabalhadoras com as preocupações familiares, em especial àquelas acerca do conflito com a lei. Mas se manifestam, ainda, no próprio contexto de trabalho a partir de diferenças no tratamento de trabalhadores/as com vínculos empregatícios não terceirizados. Nessa direção, reiterando a posição de subalternidade e precarização que é destinada à trabalhadora terceirizada nos laços de trabalho, o que se intensifica quando sua função está ligada ao setor de limpeza da instituição. Nestes casos, o reconhecimento está diretamente ligado à ideia de ser visto, uma ação que muitas vezes passa despercebida pelos trabalhadores nessas ocupações (Davis, 1981/2016; Lykawka, 2013). Isso pode ser relacionado com a situação em que algumas trabalhadoras expressaram sentir-se discriminadas na instituição, uma vez que são frequentemente subestimadas devido ao seu posto de trabalho, em contraste com a maioria dos trabalhadores que possuem vínculo concursado. Além disso, identificam, em uma instituição predominantemente ocupada por homens envolvidos com funções de

segurança, que a elas são endereçados atos e palavras que as colocam em posições de subserviência e submissão.

A luta pelo reconhecimento, então, se dá em diferentes facetas da vida que, como ensina Akotirene (2019), dentro de uma interseccionalidade que possibilita vivências muito singulares, dão notícias do lugar compartilhado de silenciamento causado por um sistema de opressão interligado. Essa luta não é sem efeitos sobre a produção de desgaste e cansaço nessas mulheres que compartilham a realidade de enfrentamento de duplas jornadas de trabalho e são responsáveis por conciliá-las com o trabalho de cuidado em seus núcleos familiares. Isso se desdobra na percepção compartilhada de que as trabalhadoras desejam para as mulheres mais novas a possibilidade de seguir com os estudos e obter cargos de trabalho mais bem remunerados. Assim, localizando as consequências da maternidade para o mundo de trabalho, visto que essas encontram desafios contingentes ao maternar para serem empregadas. Na singularidade dos relatos, ainda se pode ouvir sobre uma multiplicidade de experiências maternas, as quais se aproximam, no campo da palavra compartilhada, quando se diz da política que atravessa as expectativas hegemônicas de cuidado.

Para concluir, nota-se que a dimensão da sexualidade se fez mais presente nos discursos recolhidos em atendimentos individuais do que em espaços coletivos, o que não significa que esta se fez ausente neste segundo momento. Enquanto em espaços individuais aspectos mais singulares e inconscientes das relações conjugais e familiares puderam aparecer, nos espaços compartilhados o que se destacou foi a concreticidade da relação dessas mulheres com o corpo; visto que relataram sofrimento devido a questões estéticas, como ganho e perda de peso e baixa autoestima. Ademais, no que toca à sexualidade e à parentalidade, relata-se com frequência e intensidade um temor pelos corpos de seus familiares e pela vulnerabilidade às violências que estes podem sofrer também em contextos familiares. Diante disso, é possível circunscrever que o que se objetiva com essa sistematização de conteúdos que constituíram os discursos escutados em dois momentos de intervenção (atendimentos clínico-institucionais e encontros grupais) é trazer para elaboração teórica como comparece a política da psicanálise e a implicação da escuta para com os modos contemporâneos de produção de mal-estar na contemporaneidade – “efeitos dos processos de escravização e colonização” (Guerra, 2022, p. 166).

Detectar a política, que engendra gozo e desejo na cena [relatada como traumática], situa o sujeito e permite que ressignifique o seu desejo em sua função de causa. Dito de outro modo, o trabalho analítico vai permitir ao sujeito deparar-se com o desejo que o causa, desejo esse inserido e significado no campo do jogo relacional e suas determinantes históricas, culturais e políticas. O sujeito não é o indivíduo justamente no ponto em que o singular de seu desejo escapa de uma conjuntura que busca

determiná-lo e exercer seu poder no escuro das relações. Nesse ponto do laço social comparece a política da psicanálise (Rosa, 2015, p. 7).

O que se encontra, portanto, é a possibilidade de recontar histórias outrora silenciadas frente às violências sofridas em processos de desamparo na vida e no trabalho. Na singularidade de cada história falada e escutada, recupera-se a dimensão sócio-política do sofrimento (Rosa, 2015; 2022). O que permite, aqui, uma revisitação à epistemologia psicanalítica a partir de uma leitura que coloca como questão como o inconsciente é afetado pela experiência da colonização em suas múltiplas dimensões. Sendo assim, recupera-se essa estrutura como um capítulo da história que, censurado, pode ser encontrado nos seus rastros que conservam inevitavelmente as distorções, necessárias para o emendar nos capítulos que o enquadram, e das quais sua exegese restabelecerá o sentido (Lacan, 1953/1998). E que enquanto história é também política, sendo sobredeterminado pelas produções discursivas do Outro nas quais o sujeito se enreda (Rosa, 2015; 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O locus do psicanalista não se reduz mais ao consultório da classe média. Ele entra nos aglomerados, sobe morro, vai aos hospitais, aos manicômios para destrancá-los, suspeita da prisão, manifesta-se contra a redução da maioria penal, desmancha fake news, assina manifestos, faz postagens e campanhas, vai à universidade, questiona o genocídio e a necropolítica, luta contra toda forma de autoritarismo e de fascismo, ou qualquer ato que vise eliminar o sujeito, terraplenar o campo do gozo, dar consistência ao Outro. E, assim, faz rede, trança e, com isso, clinicapolítica. (Guerra, 2022, p. 171).

O presente trabalho descreve e reflete sobre os processos de construção de duas estratégias de intervenção clínico-política, no campo da Saúde do Trabalhador, com trabalhadoras terceirizadas da área de limpeza e conservação de um Centro de Socioeducação no Paraná. É a partir da potência de seus discursos, recolhidos em dois momentos distintos de intervenção (atendimentos clínico-institucionais e encontros grupais), que passamos a refletir sobre os efeitos da colonização nos laços sociais que cristalizam formas de sociabilidade e subalternidade dentro e fora do contexto de trabalho. Nesse sentido, a discussão proposta articula a categoria do desamparo discursivo com as formulações conceituais de Rosa (2015; 2022) acerca da dimensão sócio-política do sofrimento. Assim, visando trazer, por meio de um relato de experiência, o encontro com a necessidade de revisitação da epistemologia psicanalítica para pensar uma práxis de escuta implicada com a ruptura do enclausuramento na discursividade hegemônica em um contexto institucional.

Se a instituição é lugar de cristalização de discursos e modos de relação, apostou-se que esta também pode ser lugar de escuta e abertura para outros modos de fazer laço

(Guirado, 2004; 2009; Guerra, 2022). Ainda, não se pode esquecer de que se trata de uma instituição do sistema socioeducativo, o qual é mantido por práticas de privação de liberdade de corpos marcados pela exclusão social, racial, cultural e discursiva. Sendo assim, compreende-se a produção sócio-política das angústias das trabalhadoras dentro e fora do contexto de trabalho. Desse modo, retoma-se a origem da psicanálise como “método de mudança”, que, para isso, “opera com o corpo coletivo via discurso e com o corpo individual via inconsciente” (Guerra, 2022, p. 172). Nessa direção, apresenta-se o trabalho desenvolvido, com seus furos e aberturas para novas reflexões, como uma aposta na potencialidade do entrelaçamento de uma atuação nessas duas vias: coletiva e individual. O que dialoga com a compreensão de que esse entrelace é o que mantém a psicanálise “viva e atuante”, desvelando o universal e colocando “em xeque o desejo expropriador de seres, saberes, gêneros e poderes” (Guerra, 2022, p. 172).

BIBLIOGRAFIA

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólem, 2019.
- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ASSUNÇÃO, D. **A Precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP**. São Paulo: Iskra, 2020.
- AZEVEDO, G.; SARAT. História da infância no Brasil: contribuições do Processo Civilizador. **Educação e Fronteiras On-Line**, v. 5, n. 13. 2015, p. 19-33. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5176>
- BASTOS, C. **Saúde do trabalhador: um estudo com servidores da socioeducação do Estado do Paraná**. 2022. [Dissertação de Mestrado] – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.
- BLEGER, J. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- BOARINI, M. L.; BORGES, R. F. Demanda infantil por serviços de saúde mental: sinal de crise. **Estudos em Psicologia**, v. 3, n. 1. 1998 p. 83-108. Disponível em: www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/a05v03n1.pdf
- BORGES, L.; YAMAMOTO, O. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J.C; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
- BRASIL. **Lei nº 8.609**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do

Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

BRASIL. **Lei nº 12. 594**, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112594.htm

BROIDE, J. A psicanálise em situação de extrema vulnerabilidade social. In: LOPEDOTE, M. L. G.; MAYORCA, D. S.; NEGREIROS, D. de.; GOMES, M. de A.; TANCREDI, T. **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência**. São Paulo: Elefante, 2019.

DAVIS, A. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora [1981]. In: DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016,

p. 235-255.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DELEUZE, G. Em que se pode Reconhecer o Estruturalismo? In: DELEUZE, G. *A Ilha Deserta: e outros textos* [1972]. São Paulo: Iluminuras, 2006.

FARIA, J. H. **Poder, controle e gestão**. Curitiba: Juruá, 2017.

FAUSTINO, D.; ROSA, M. D. O Mal-Estar Colonial: Racismo, Indivíduo E Subjetivação Na Sociabilidade Contemporânea. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, s.n., 2023, p. 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e275160>

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo. 1984 p. 223-244.

GUERRA, A. M. C. **Sujeito suposto suspeito: a transferência psicanalítica no sul global. Decolonização e Psicanálise**. São Paulo: n-1 edições, 2022.

GUIRADO, M. **Psicologia institucional**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2004.

GUIRADO, M. Psicologia institucional: o exercício da psicologia como instituição. **Interação em Psicologia**, v. 13, n. 2. 2009, p. 323-333. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/9447>

LACAN, J. **O Seminário – Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise** [1954-55]. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LACAN, J. Função e campo da linguagem em Psicanálise [1953]. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações, instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LOURAU, R. **A análise institucional**. São Paulo: Vozes, 1995.

- LYKAWKA, L. **O trabalho terceirizado: reconhecimento, valorização e satisfação**. 2013. [Trabalho de conclusão de especialização] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
- MARCELINO, P.; CAVALCANTE, S. Por uma definição de terceirização. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65. 2012, p. 331-346. Disponível em: [v25n65a10Paula e Sávio.pmd \(scielo.br\)](https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179)
- PARANÁ. **Lei nº 13.666**, de 05 de julho de 2002. Institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE. 2002.
- PARANÁ. **Relatório de Gestão (2019-2020)**. Departamento de Atendimento Socioeducativo. Curitiba: DEASE, 2020.
- RAGNINI, E. C. S. **Saúde mental no trabalho – sujeito, sintoma e clínica:**
por uma incidência do discurso psicanalítico no campo da saúde do trabalhador. 2014. [Tese de Doutorado] – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- RAGNINI, E. C. S.; BRÜNING, C. Psicologia, saúde e trabalho: atuação junto a trabalhadores da socioeducação. **Revista Extensão & Cidadania**, [S. l.], v. 9, n. 16. 2021, p. 267-299. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/9591>
- RAGNINI, E. C. S.; DARRIBA, V. A. O campo da saúde do trabalhador sob o crivo do mal-estar como fundamento ético. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 17, n. 2. 2017 p. 707-724. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/37142/26245>
- ROSA, M. D. **Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento**. 2015. [Tese de Livre Docência] – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2015.
- ROSA, M. D. Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, s.n. 2022, p. 1-10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179>
- SALES, L. S. O valor epistemológico do diálogo de Jacques Lacan com o estruturalismo. **Psychê**, v. 7, n. 11. 2003, p. 39-58. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30701104>
- SATO, F. G.; MARTINS, R. C. R.; GUEDES, C. F.; ROSA, M. D. O dispositivo grupal em psicanálise: questões para uma clínica política do nosso tempo. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n. 40. 2017, p. 484-99.
- SOUZA, T. P. **Identidade e subalternidade: a construção da identidade de trabalhadores serventes de limpeza**, 2011. [Dissertação de Mestrado] - Universidade Federal de Goiás, 2011.
- ZANOLA, P. C.; LUSTOZA, R. Z. Alienação e separação no Seminário 11 de Lacan: uma proposta de interpretação. **Tempo psicanalítico**, v. 51, n. 2. 2019, p. 121-139. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-4838201900020007&lng=pt&tlng=pt

ZUPANČIČ, A. **O que é sexo?** Belo Horizonte: Autêntica, 2023.